

O Brasil e os Brics

Luís Antonio Paulino, Luiza Peruffo, Marco Antonio Rocha, Carlos Eduardo Martins, Bruno De Conti, Cyro Faccin e Elias Jabbour discutem a relação do Brasil com os Brics, a Iniciativa Cinturão e Rota, o Novo Banco de Desenvolvimento e a ideia de uma moeda alternativa ao dólar, num contexto de disputa entre EUA e China.



Resumo do trabalho de Vinícius Centeno, primeiro colocado na segunda edição do Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa.

O Brasil e os Brics

■ O tema desta edição é a relação do Brasil com os Brics, num contexto de disputa pela hegemonia mundial entre EUA e China. Convém ao Brasil aderir à Iniciativa Cinturão e Rota? O que muda no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) com a presidência de Dilma Rousseff? A moeda única dos Brics pode se tornar uma alternativa ao dólar?

Luís Antonio Paulino, da Unesp, avalia que a China oferece uma alternativa viável à subordinação histórica da América Latina aos interesses geopolíticos dos EUA, que jamais permitiram o desenvolvimento da região. A adesão do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota – da qual já fazem parte quase todos os países da América do Sul – pode ser formalizada em um futuro próximo.

Luiza Peruffo, da Ufrgs, destaca que os Brics e o NDB servem como fóruns em que a China é menos inclinada a fazer valer sua assimetria de poder. Cabe ao Brasil barganhar entre os EUA e China para atingir seus próprios objetivos externos e domésticos.

Marco Antonio Rocha, da Unicamp, acredita que um acordo bem desenhado entre o Mercosul e a China, no bojo da Iniciativa Cinturão e Rota, pode vir a suprir investimentos em infraestrutura necessária para a integração física e econômica dos países do Mercosul.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, ressalta que o mandato de Dilma na presidência do NDB é uma excelente oportunidade para estreitar os vínculos financeiros, produtivos, monetários e estratégicos do Brasil e da América Latina com o projeto de construção de um novo eixo geopolítico mundial.

Bruno De Conti e Cyro Faccin, da Unicamp, frisam que o terceiro mandato de Lula marca a volta do Brasil aos Brics. Uma das engrenagens fundamentais da retomada desse protagonismo brasileiro no bloco é Dilma como presidente do NDB.

Elias Jabbour, da Uerj, defende que as condições geopolíticas especiais brasileiras sirvam de parâmetro para uma entrada negociada na Iniciativa Cinturão e Rota, cujo objetivo deve ser a reindustrialização brasileira via troca de *commodities* por infraestruturas com transferência de tecnologias.

Publicamos também um resumo do trabalho de Vinícius Centeno, primeiro colocado na segunda edição do Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa.

Sumário

Visita do presidente Lula à China abre um novo capítulo na história das relações bilaterais.....	3
Luís Antonio Paulino	
Os Brics, a estratégia de poder global da China, e o Brasil	5
Luiza Peruffo	
O Mercosul, o Brasil e a China	7
Marco Antonio Rocha	
O novo cenário geopolítico mundial: oportunidades para a América Latina	9
Carlos Eduardo Martins	
Dilma no Banco dos Brics: o Brasil volta a Xangai	11
Cyro Faccin e Bruno De Conti	
O Brasil, a Ásia e o mundo.....	13
Elias Jabbour	
Os canais de reprodução da financeirização ao nível das firmas não-financeiras: as particularidades do caso brasileiro após o Plano Real.....	15
Vinícius Centeno	
Balço Patrimonial.....	17

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Marcelo Pereira Fernandes. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Cíciano do Couto Oliveira, Antonio José Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Visita do presidente Lula à China abre um novo capítulo na história das relações bilaterais

Luís Antonio Paulino*

■ Os estudiosos das relações Brasil-China costumam classificá-las por períodos cujos marcos de referência são, em geral, certos acontecimentos que contribuíram para fazerem-nas mudar de patamar. O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1974, no governo Geisel, que completará 50 anos no próximo ano, foi um deles. A primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à China, o então presidente João Figueiredo, em 1984, também se insere nesse rol de acontecimentos importantes, assim como a visita do presidente José Sarney àquele país, em julho de 1988. Aliás, foi dessa época a proposta de cooperação tecnológica entre os dois países, vigente até hoje, para a construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, conhecida como *China-Brazil Earth Resource Satellite* (Cbers), que já se encontra em sua sexta edição, com previsão de lançamento do Cbers-6 para 2028.

Em 1993, já no governo Itamar Franco, o acordo elevando o relacionamento dos dois países à condição de parceria estratégica inaugurou um novo período, assim como a criação, em 2004, no primeiro governo Lula, de um novo arcabouço institucional por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a mais alta instância de diálogo político entre os países, chefiada pelos seus respectivos vice-presidentes. Depois disso tivemos, ainda, a assinatura, em 2010, do Plano de Ação Conjunta Bra-

sil-China (2010-2014). Em 2012 as relações Brasil-China foram elevadas à condição de Parceria Estratégica Global e foi estabelecido o Diálogo Estratégico Global, em nível de chanceleres. Também em 2012 ocorreu a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021, atualmente em fase de renovação.

A eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018, marcou não propriamente uma mudança de período nas relações bilaterais, mesmo porque as relações comerciais e de investimento não sofreram solução de continuidade, mas certamente foi um acontecimento relevante para as relações entre os dois países, que passaram por alguns momentos de tensão em decorrência de uma série de ataques gratuitos do presidente, seus filhos e assessores mais próximos, inclusive os ministros das Relações Exteriores e da Educação. Na verdade, a atitude hostil à China no governo Bolsonaro foi quase um corolário da mudança de orientação da política externa brasileira para um alinhamento automático e incondicional com os Estados Unidos de Donald Trump, promovida pelo ex-presidente.

Posta em perspectiva histórica, a visita do Presidente Lula à China, no último mês de abril, certamente se constituiu em um acontecimento que não apenas traz as relações bilaterais para o leito da normalidade em que elas estavam evoluindo nos últimos 50 anos, como poderá abrir um novo capítulo em sua história. Entre os temas importantes que esta visita trouxe à baila está a adesão formal do Brasil à Iniciativa Cintu-



rão e Rota. Embora a visita atual do presidente Lula não tivesse como objetivo principal a discussão sobre esse tema específico, pois estava mais focada na ampliação e fortalecimento da cooperação bilateral tanto em áreas nas quais a cooperação já é forte, como também em novas áreas, a visita abre caminho para um novo salto nas relações bilaterais, que certamente poderá levar à formalização, em um futuro próximo, da adesão do Brasil ao projeto.

Certamente o encontro pessoal entre o presidente Lula e o presidente Xi Jinping resultará no fortalecimento ainda maior dos laços de cooperação e amizade entre os dois países, principalmente porque, em muitos aspectos, a visão de mundo do presidente Lula está totalmente de acordo com o que o presidente Xi Jinping vem propondo nos fóruns internacionais. Importantes figuras do atual governo na área das relações internacionais, como o ex-ministro Celso Amorim, pessoa próxima do presidente e seu principal conselheiro na área de relações internacionais, já se manifestaram favoravelmente à adesão do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota e não veem motivos para que o Brasil não adira formalmente ao projeto.

Com exceção do Paraguai, com quem a República Popular da China não possui relações diplomáticas, Brasil e Colômbia são dos dois únicos países da América do Sul que ainda não aderiram formalmente à BRI, o que não tem impedido, entretanto, de o Brasil ser o maior receptor de investimentos chineses na região. A sua adesão formal, entretanto, abriria caminho não apenas para uma nova onda de investimentos chineses no Brasil.

Há séculos o desenvolvimento não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina tem estado subordinado aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos no hemisfério, o que, por diversas razões, tem se constituído em obstáculo para a superação do atraso econômico e social que caracteriza a região desde os tempos coloniais. Estão bem registrados pela história os diversos momentos em que, por razões geopolíticas e ideológicas, as diversas tentativas de encontrar

um caminho alternativo de desenvolvimento para os países da região foram abortadas pelas elites locais com o apoio explícito norte-americano.

A busca por um novo modelo de desenvolvimento é uma aspiração das forças progressistas da região comprometidas com a soberania nacional e o bem-estar do povo e, pela primeira vez na história, a China oferece uma alternativa viável que, devidamente adaptada às condições e realidades locais, pode representar a abertura de um novo capítulo na história da região. A parceria entre China e América Latina, aí incluído o Brasil, será importante para a região, não apenas pelo exemplo da China, mas por meio de ações concretas, baseadas no princípio dos ganhos mútuos, o que poderá fazer toda a diferença para o futuro da região.

Dentre as inúmeras possibilidades, destacaria três que serão fundamentais para a economia do futuro: a economia verde, as tecnologias de ponta e a cooperação educacional. Na área ambiental, uma parceria entre Brasil e China poderia romper com o atual impasse entre o desejo de desenvolvimento do país e as pressões que o Brasil recebe dos Estados Unidos e da União Europeia para se resignar à condição de reserva ambiental do planeta. Uma parceria entre o Brasil e a China na defesa da Floresta Amazônica poderia abrir um novo caminho que pudesse combinar o uso econômico dos recursos da região, em benefício do país e das populações locais, com a preservação da floresta, graças às tecnologias e experiência que a China vem desenvolvendo na área ambiental, que procuram conciliar a preservação do meio ambiente com a necessidade de desenvolvimento. Melhor do que ninguém, a China sabe da importância do desenvolvimento e da preservação do meio ambiente e a cooperação técnica, econômica e financeira nessa área poderia ajudar o Brasil e os países da região a encontrar o equilíbrio necessário entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Na área tecnológica, essa parceria poderia abrir igualmente um novo caminho para a inserção do Brasil e outros países da re-

gião nas cadeias globais de suprimento de bens industriais e tecnológicos de maior valor agregado. Depois da pandemia de Covid-19, muito se falou de reorganização das cadeias de suprimento globais que poderiam, em tese, beneficiar a região, mas de concreto praticamente nada ocorreu até o momento. Não é do interesse das grandes multinacionais nas áreas de tecnologia de ponta do Ocidente, como semicondutores e indústria farmacêutica, entre outras, transferir para a região atividades de maior valor agregado. Os acordos que foram assinados entre Brasil e China nessas áreas na visita do presidente Lula à China mostram que há um mundo de possibilidades que poderiam ser mais bem exploradas e que poderiam contribuir para a reversão do processo de desindustrialização pelo qual o Brasil passa atualmente.

Por último, mas não menos importante, gostaria de destacar a cooperação educacional entre Brasil e China. O aumento do intercâmbio estudantil entre Brasil e China é uma realidade hoje, haja vista o número de estudantes brasileiros que hoje estudam na China, bem como o número crescente de estudantes chineses interessados em aprender português e estudar no Brasil. Esse intercâmbio educacional, além de abrir oportunidades de cooperação técnica em diversos setores, que podem resultar em ganhos para os dois países, fortalecerá o relacionamento interpessoal entre chineses e brasileiros, o que certamente será de grande importância no futuro, quando esses jovens forem ocupando cargos relevantes em governos, empresas e universidades de ambos os países.

** É professor da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/Marília) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), diretor do Instituto Confúcio na Unesp, supervisor convidado do programa MTCOSOL (Master of Teaching Chinese Language to Speakers of Other Languages) da Universidade de Hubei, China, e pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Hubei. Foi assessor especial do Ministério da Fazenda (2003), secretário-adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004-2005) e chefe das assessorias do Ministério do Esporte (2012-2014).*

Os Brics, a estratégia de poder global da China, e o Brasil

Luiza Peruffo*

■ O agrupamento dos Brics é, sobretudo, controverso. De um lado, seus críticos enfatizam o fato de que o acrônimo foi criado no contexto do mercado financeiro, fazendo pouco sentido enquanto grupo político, e que existe uma enorme assimetria do peso econômico da China em relação aos demais membros. A evidência empírica é fatal. Em 2001, a China respondia por metade do PIB medido a preços correntes dos quatro membros originais do bloco (a África do Sul foi incluída em 2010). Mais de duas décadas depois, a China representa 73%. Desde 2003, a participação dos Brics na produção global a preços de mercado aumentou em 17,1 pontos percentuais (de 8,4% para 25,5%), dos quais a China corresponde por 14 pontos. As performances relativas são estridentes: entre 2008 e 2021, o PIB real *per capita* a preços constantes aumentou 138% na China, contra 85% na Índia, 13% na Rússia, 4% no Brasil e contraiu em 5% na África do Sul.¹

Seus defensores, de outro lado, sublinham a crescente presença internacional dos Brics e o potencial de sua atuação enquanto bloco para desafiar a ordem vigente. A articulação entre os Brics floresceu no contexto da Crise Financeira Global de 2008 (CFG), que foi uma crise que abalou, ao menos temporariamente, as estruturas de poder dominantes e abriu espaço para uma discussão mais profunda sobre as necessidades de reforma na arquitetura financeira global. A atuação conjunta dos membros do grupo em fóruns como o FMI e o G20 deu o tom em temas relevantes, inclusive nas reformas do FMI e do Banco Mundial. Aliás, a insatisfação dos Brics com o ritmo de implementação destas refor-

mas incentivou a criação de suas próprias instituições: o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) (um fundo de estabilização entre os cinco países) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) (um banco para financiamento de projetos de investimento nos Brics e outros países em desenvolvimento).

Os defensores do agrupamento ressaltam, corretamente, que a assimetria do peso econômico da China não se manifesta nas instituições dos Brics, sobretudo no NDB, em que prevalece a “cultura de clube”. No NDB, o capital e o poder de voto estão distribuídos em parcelas iguais entre seus membros, com cada um dos sócios-fundadores detendo 20% do total. Não há paralelo desta característica em nenhuma outra instituição financeira multilateral relevante. No FMI e no Banco Mundial, como se sabe, os Estados Unidos detêm poder de veto; e no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), criado contemporaneamente ao NDB, a China desempenha papel dominante. Enquanto a diretoria-geral do FMI tradicionalmente é ocupada por um nacional europeu e a do Banco Mundial por um nacional estadunidense, no NDB a presidência é rotativa entre os cinco membros (posição atualmente ocupada pelo Brasil, que nomeou a ex-presidente Dilma Rousseff). As decisões no NDB são tomadas por maioria simples ou maioria qualificada. O NDB não impõe condicionalidades nem vincula aprovação de projetos e desembolsos a mudanças nas políticas nacionais. Assim, a despeito de suas enormes diferenças – não apenas econômicas, mas também históricas, culturais e políticas – o fato é que o grupo dos Brics tem objetivamente avançado na contestação das instituições tradi-



cionais: não apenas por criar instituições alternativas às instituições de Bretton Woods, mas também por não reproduzir o modelo de governança daquelas instituições.

Como conciliar, então, a inegável assimetria da China em relação aos demais membros com o avanço da institucionalidade dos Brics nos marcos de igualdade entre seus membros? Em outras palavras, por que a China aceita ter o mesmo poder de voto que a África do Sul no NDB? Por que motivo se fala em uma “moeda dos Brics”, se o renminbi sozinho é o rival mais sério que o dólar já enfrentou? Qual o significado disso para o Brasil?

A China tem adotado uma estratégia dualista que permite que ela ganhe *status* de uma potência em ascensão ao mesmo tempo em que ela preserva sua narrativa de “país em desenvolvimento”. Assim, sob a perspectiva da China, as instituições no âmbito dos Brics integram a estratégia chinesa mais ampla de esforços multilaterais. Se no NDB prevalece a cultura de clube, em outras iniciativas, como a Nova Rota da Seda (um conjunto de projetos de desenvolvimento e investimento, originalmente concebido para ligar o Leste Asiático e a Europa por meio de infraestrutura física, mas posteriormente ampliado para incluir África, Oceania e América Latina) e o AIIB (um banco multilateral de desenvolvimento com 100 países-membros, incluindo 5 membros do G7), a China adota uma posição clara de liderança. Ou seja, dada a assimetria de poder da China em relação aos demais membros do bloco, é razoável assumir que é uma opção (uma estratégia) da China exercer seu poder de forma mais comedida no contexto dos Brics.

Para a China, os Brics e suas instituições desempenham um papel político específico, para audiências e propósitos também específicos. Os Brics servem para dar suporte à narrativa chinesa sobre seu papel de parceira dos demais países em desenvolvimento, sobre promover novas abordagens para o desenvolvimento econômico e sobre demonstrar uma visão alternativa sobre a governança global. Nesse sentido, a questão da igualdade entre os membros no NDB torna-se secundária para a China, pois os Brics,

de maneira geral, e o NDB, em particular, têm como objetivo manter algum nível de solidariedade com o Sul Global. Para a China, é muito mais importante ter uma plataforma de diálogo com a Rússia e a Índia, por exemplo, do que impor sua visão nas políticas operacionais do NDB – a China deixa para fazer isso em iniciativas como a Nova Rota da Seda e o AIIB.

Se a identidade dos Brics está profundamente associada com o desejo de criar espaços alternativos à dominância de potências tradicionais, notadamente os Estados Unidos, deve-se notar que tal narrativa serve sobretudo à China. Perceber que a estratégia da China envolve tanto um aspecto ambicioso de ascender enquanto potência global e nação credora quanto um aspecto de preservar sua solidariedade com o Sul Global é essencial para o Brasil tirar a maior vantagem de sua participação nos Brics e de sua relação com a China. Sob a perspectiva brasileira, os Brics servem como um fórum em que a China é menos inclinada a fazer valer sua assimetria de poder, e isso pode ser instrumentalizado de maneira estratégi-

ca. Em iniciativas bilaterais, o Brasil é a parte mais fraca, mas pode usar o antagonismo da China com os Estados Unidos para obter vantagens individuais mais robustas (o que é menos provável no contexto dos Brics).

Enquanto maior país em termos econômicos, populacionais e territoriais na América Latina, o Brasil deve ter em mente que é peça-chave para consolidar os esforços chineses de servir como um representante das economias em desenvolvimento capaz de oferecer uma alternativa aos Estados Unidos. Isso é relevante tanto em termos da relação do Brasil com a China quanto com os Estados Unidos, que deve tentar contrarrestar uma maior aproximação com a China. Cabe ao Brasil barganhar entre os dois para atingir seus próprios objetivos externos e domésticos.

** É PhD pela Universidade de Cambridge e professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).*

1 Dados de McNamara, P. (2023). Why a BRICS currency is a flawed idea. Financial Times. Publicado em 9 de fevereiro de 2023.



O Mercosul, o Brasil e a China

Marco Antonio Rocha*

■ O Mercosul é um bloco comercial com características peculiares. Tem como principal característica, talvez, a imensa assimetria entre os países integrantes do bloco no que se refere ao tamanho de suas economias, diversificação da estrutura produtiva e número de habitantes. É um bloco formado por duas economias grandes, em situações bem distintas e sendo uma continental, e duas economias pequenas. Há, além disso, grande sobreposição das pautas de exportação, com produtos como a soja e proteína animal ocupando os primeiros lugares das pautas de exportação de todas as economias do bloco.

A constituição do bloco, em 1991, coincidiu com quase uma década de crise no balanço de pagamentos das economias latino-americanas, fragilização financeira das empresas públicas – um dos principais instrumentos de suporte aos processos de industrialização e de coordenação do sistema manufatureiro – e hiperinflação. Ao final da década de 1980, apenas o Brasil não tinha abandonado quase que por completo seus instrumentos de fomento à industrialização, que tinham sido constituídos ao longo do século XX, embora a Argentina antes de Carlos Menem ainda mantivesse um conjunto significativo de instituições voltadas ao fomento industrial.

Em termos concretos, a constituição do bloco se deu em um período de franca desindustrialização dos países-membros, ampliação das importações extrabloco e intensificação das aquisições de empresas locais por estrangeiras. Se somarmos isso às características históricas da formação das economias do Cone Sul, como a baixa integração econômica e a precária interligação produtiva e logística entre os países da re-

gião, temos perspectivas pouco animadoras para o bloco. Com mais de três décadas de existência, o Mercosul ainda encara problemas estruturais de longa data, enfrenta contestações internas e parece caminhar sem um norte bem definido.

O estado atual do bloco reflete em grande parte a trajetória recente das suas principais economias. Com algumas raras exceções, existem poucas cadeias produtivas parcialmente integradas, pouco protagonismo do capital local na produção manufatureira e o comércio intrabloco cresceu em um ritmo muito inferior ao crescimento do comércio do bloco com o resto do mundo. Ainda que instrumentos financeiros contribuam para a integração produtiva entre as economias, não será uma moeda comum de compensação que salvará o Mercosul.

Como apontava o peruano José Carlos Mariátegui: “A limitação das comunicações e dos transportes é, na América indo-espanhola, uma consequência das limitações das relações econômicas. Não se implanta uma linha férrea para satisfazer uma necessidade do espírito ou da cultura”¹. Integração regional se faz primeiramente com integração produtiva e com infraestrutura de comunicação, portos, rodovias e ferrovias que transportem, para além de cultura, mercadorias entre os países.

Se a integração regional for o norte do Mercosul, será necessário pensar nesse caminho e no caminho do Mercosul diante do novo padrão de comércio que se forma e na maneira como se colocar nesse processo tirando o maior proveito possível para solucionar os problemas crônicos da integração regional. Em um padrão de comércio que se desenha através dos acordos preferenciais de comércio entre blocos e na crescente integração logística e produtiva de um conjunto de economias com a China, o Mercosul



e, mais especificamente, o Brasil – enquanto principal economia da região – deve definir suas prioridades e diretrizes nos acordos e negociações.

A América Latina tem se aproximado da *Belt and Road Initiative* (BRI) paulatinamente após 2018. Os investimentos vindos da BRI concentram-se no incremento da integração produtiva com o complexo manufatureiro chinês, através de investimentos produtivos, projetos de infraestrutura e integração financeira. A literatura aponta que a integração das economias nos projetos da BRI tem efeitos significativos na atração de investimentos *greenfield*, ampliação da complementaridade comercial – via redução dos custos de transporte e logística em geral – e na disponibilidade de crédito oriundo da China².

Nesse sentido, a cooperação com a China pode cobrir uma lacuna importante para o fortalecimento do Mercosul, se bem explorada. Entretanto, sem estratégia interna ao bloco, a atração de investimento tende a se direcionar no mesmo sentido histórico da construção de infraestrutura em uma economia primário-exportadora. Um acordo bem desenhado e coordenado entre os países do Mercosul e a China pode vir a suprir investimentos em infraestrutura necessária ao bloco e possibilitar expandir a divisão regional do trabalho através de uma maior in-

serção nas cadeias produtivas asiáticas.

O Mercosul pode ser uma base para a negociação interessante se conseguir, através de uma estratégia conjunta dos países-membros, se posicionar em um mundo de crescente integração via blocos e acordos preferenciais, priorizando o fortalecimento de sua própria agenda de integração. Acordos preferenciais de comércio, como o que está na mesa com a União Europeia, possibilitando que até 40% dos insumos de alguns bens importados contemplados no acordo sejam provenientes de outros parceiros comerciais, deixam pouco espaço para a criação de comércio dentro do Mercosul. Devemos pensar em outro padrão de negociação de acordos preferenciais de comércio se quisermos cadeias produtivas regionais mais integradas e o fortalecimento da divisão regional do trabalho na manufatura.

Uma eventual adesão dos países-membros do Mercosul em bloco ao BRI deve orientar a negociação para o fortalecimento das cadeias produtivas locais de setores já parcialmente integrados regionalmente – como químico, automotivo e material de transporte –, ampliar a coordenação da produção nas cadeias produtivas locais já inseridas no comércio da China com o Cone Sul – como as da agroindústria – e priorizar os investimentos em infraestrutura com maior impacto na integração física e econômica dos países do Mercosul.

Outro ponto que deveria merecer destaque em qualquer acordo desse tipo é a possibilidade de negociações de transferência tecnológica entre empresas dos blocos. A coordenação de acordos de parcerias para o desenvolvimento tecnológico e de transferência de tecnologia em atividades em que já há certa capacitação regional é uma forma fundamental de possibilitar a expansão da divisão regional do trabalho e uma inserção mais orgânica das firmas locais no comércio intrabloco.

É necessário pensar a coordenação das políticas comerciais e produtivas locais para pensar em acordos comerciais que sejam atraentes para as economias menores, mas que permitam o fortalecimento da integra-

ção manufatureira local a partir das indústrias brasileira e argentina. Com o fim do multilateralismo, o regionalismo fechado do Mercosul sem a participação do capital local e sem um projeto comum dos países do bloco tem pouca condição de prosperar. O importante agora é saber como e para onde o bloco deve pender.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit-IE/Unicamp) e do Centro de Conjuntura e Política Econômica (Cecon-IE/Unicamp).

1 MARIÁTEGUI, J. C.. *A revolução social em marcha através dos diversos povos da Europa*. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

2 JENKINS, R. *China's Belt and Road Initiative in Latin America: What has Changed?*. *Journal of Current Chinese Affairs*, 51(1), 2021.



O novo cenário geopolítico mundial: oportunidades para a América Latina

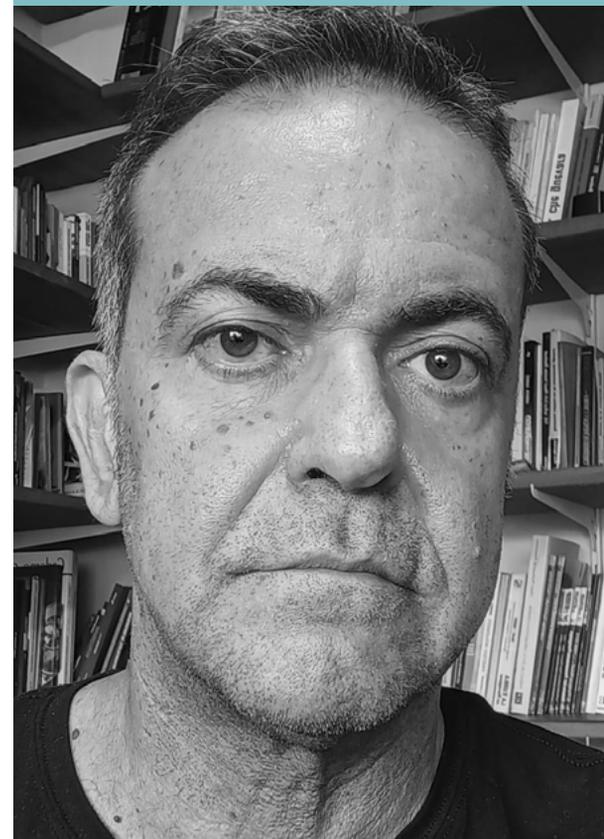
Carlos Eduardo Martins*

■ A economia mundial vem passando por grandes transformações. Temos assinalado entre as principais características do novo cenário internacional que vai se estabelecendo a crise terminal da globalização neoliberal e da hegemonia dos Estados Unidos, o estabelecimento de um longo período de caos sistêmico, a bifurcação do mundo entre eixos geopolíticos contrapostos, a crise do liberalismo global, a ameaça fascista e as possibilidades que se abrem de avanço em direção a uma agenda popular, democrática e socialista.

A globalização neoliberal, que impulsionou a 2ª Guerra Fria e se consolidou com o fim da URSS e do socialismo no Leste Europeu, foi concebida por grande parte dos economistas e cientistas sociais como o período em que teria se afirmado a hegemonia unipolar estadunidense. Entretanto, essas análises destacavam os aspectos mais aparentes da nova ordem internacional e descuidavam das profundas contradições em que se assentava. A destruição da URSS e do socialismo no Leste Europeu duplicou a dívida pública nos Estados Unidos por meio da absorção de capital circulante internacional para impulsionar uma nova corrida armamentista e deslocar a circulação do setor produtivo para a geração de capital fictício, reduzindo significativamente a demanda e os preços dos derivados de petróleo. Criou-se um regime de acumulação financeirizado, centrado no padrão dólar-flexível e nas forças das armas; a potência norte-americana estabeleceu um tipo de dívida pública muito diferente daquela

estabelecida durante a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, vinculada ao pleno emprego, ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. A nova forma da dívida pública se atrelou ao parasitismo, à estagnação relativa e à desnacionalização, não sendo os Estados Unidos, pelo fato de se endividarem na própria moeda, capazes de suprimir a unidade dialética entre valor de troca e valor de uso da forma mercadoria. Ao invés de se reduzir no tempo, como entre 1946-79, quando caiu de 118,9% para 32,3% do PIB, a dívida pública se elevou sistematicamente em valores absolutos e relativos e se internacionalizou, transformando-se parcialmente em dívida externa. Entre 1979-94 subiu para 64,7% do PIB e a emergência de um novo ciclo de Kondratiev aprofundou as vulnerabilidades competitivas do país norte-americano, elevando-a para 100,3% em 2013 e 125% em 2021. Tal expansão passou a impor constrangimentos ao crescimento dos gastos em defesa, tendo os Estados Unidos reduzido drasticamente a sua vantagem no orçamento militar em relação à China e Rússia, cujas despesas nessa rubrica equivalem a 14,1% do Estado norte-americano em 2000, mas saltaram a 40,8% e 43,1% em 2020 e 2022, respectivamente.

O deslocamento do dinamismo econômico para a China transformou-a em pilar fundamental das conexões geoconômicas e geopolíticas de um *Rimland* em formação, não apenas eurasiático, como temia Nicolas Spykman, mas que o ultrapassou ao projetar-se para África, América Latina e Caribe, articulando-se a uma rede de Estados anfíbios que



promove a convergência entre grandes massas terrestres e espaços marítimos mediante a Iniciativa do Cinturão e da Rota, o Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento, o Brics e a Organização para a Cooperação de Xangai, colocando em cena, de forma embrionária, a emergência de um Sul Global. A impossibilidade de os Estados Unidos impedirem esse projeto através do imperialismo informal, quando parte substantiva na geração de forças produtivas se desloca do Atlântico Norte para a Eurásia, desorganiza o equilíbrio de poder que beneficia o imperialismo anglo-saxão e torna ineficaz o emprego da contenção, que funciona através do uso da força, da dissuasão e da desestabilização em pontos estratégicos quando a estrutura de poder é sólida, mas perde a efetividade quando aquela se converte em vulnerável, tornando-se cada vez mais difícil sustentá-la.

A política externa estadunidense é desafiada e a combinação de imperialismo informal com as políticas de mudança de regime utilizadas em regiões específicas da periferia vai cedendo lugar à tentativa de impor um “imperialismo *tout-court*”, conceito originalmente cunhado por Giovanni Arrighi, em seu livro *A Geometria do imperialismo* (1978),

para designar a dominância da força estatal imperialista sobre o mercado mundial entre 1870-1940, que retomamos, adaptando-o para analisar o cenário atual. O neoliberalismo estadunidense vai perdendo a sua centralidade para as políticas protecionistas, as sanções e as guerras, que passam a ser dirigidas para atingir competidores estratégicos da economia mundial, onde se efetuam as grandes disputas globais. Não se trata, entretanto, do estabelecimento de uma nova Guerra Fria. Em suas memórias sobre o período de 1950-63, publicadas em 1972, George Kennan, um dos principais arquitetos da contenção, qualificou uma eventual guerra dos Estados Unidos contra a URSS, por razões ideológicas, ou contra a Rússia, para libertar nacionalidades, como o caminho para um desastre sem precedentes, muito superior ao da guerra do Vietnã. Nas periferias amplia-se o escopo da contenção e da desestabilização, que podem se tornar difusas, como evidenciam os golpes de Estado em Ucrânia, Brasil, Bolívia, Honduras e Paraguai, o cerco à Venezuela, Cuba, Irã e Coreia do Norte ou as intervenções militares no Afeganistão, Iraque, Líbia e na Síria.

Os limites permitidos pelo imperialismo anglo-saxão para a ascensão pacífica da China foram rompidos por um conjunto de fatores e ativaram a redefinição de suas políticas internacionais. Entre eles podemos destacar: a) o redirecionamento de parte dos excedentes investidos pela China nos títulos da dívida pública dos Estados Unidos para os investimentos em infraestrutura na Eurásia, América Latina e África; b) o caráter fortemente estatal dos investimentos internacionais chineses e a alta competitividade de suas empresas no mercado mundial; c) os planos do país asiático para dominar a fronteira tecnológica em 2030 e converter-se em potência mundial 2049; e d) e a defesa de uma ordem internacional não imperialista, baseada na cooperação, na não ingerência e em um conceito de desenvolvimento cooperativo, articulado e global.

Os Estados Unidos encontram enormes dificuldades para definir uma política que divida os poderes eurásianos e impeça a emergência de um poderoso *Rimland* glo-

bal. Se a teoria do equilíbrio exige a divisão dos poderes eurasiáticos para o domínio das potências marítimas sobre o mundo, os Estados Unidos não encontram meios de implementá-la em nosso tempo: não se ariscam a incorporar a Rússia na Otan para cercar a China ao norte, o que desmontaria a assimetria militar que os beneficia e arriscaria fortalecer a integração regional europeia, contra a qual Spykman advertiu; não desativam os conflitos geopolíticos que levaram à Guerra da Ucrânia, como propôs John Mearsheimer, pois a guerra é a única forma de impedir a construção de um espaço geoeconômico comum entre a China e a Europa, onde a Rússia atua como Estado intermediário de conexão; mas a escolha de confrontarem simultaneamente Rússia e China promove a articulação do maior Estado territorial do mundo com o segundo mais populoso, criando novos espaços econômicos e políticos de concertação mundial.

O declínio produtivo, ideológico e militar dos Estados Unidos também se evidencia no plano financeiro, onde detém a sua principal fortaleza. O desenvolvimento do imperialismo *tout-court* vem acentuando as incertezas sobre a garantia das reservas de valor em dólar e acelerando as iniciativas para o estabelecimento e expansão de outros meios de transações financeiras e monetárias. As reservas em dólar nos bancos centrais caíram de 71% para 59% entre 1999-2020, com declínio acentuado a partir de 2015, quando se ampliaram as sanções impostas pelos Estados Unidos. A alta inflação em dólar vem contribuindo para que os bancos centrais impulsionem as compras em ouro, cujo preço se multiplicou em mais de 4 vezes entre 2000-2022. A China tem reduzido significativamente os seus estoques de títulos da dívida pública nos Estados Unidos e as suas reservas em dólar. A Arábia Saudita firmou acordo de cooperação com a Organização para Cooperação de Xangai e planeja comercializar o petróleo em remimbi, rompendo o monopólio do petrodólar. Impulsionam-se acordos de *swaps* cambiais, moedas digitais lastreadas em bancos centrais, enquanto o Brics estuda criar uma moeda comum. Trata-se de processos embrionários,

mas que sinalizam a crescente vulnerabilidade do dólar, cuja crise dificilmente se dará de forma planejada e coordenada, tendo em vista as tensões que desenvolvem na economia mundial e a dramaticidade das crises financeiras precedentes da globalização neoliberal, de muito menor alcance.

O mandato de Dilma Roussef na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento é uma excelente oportunidade para estreitar os vínculos financeiros, produtivos, monetários e estratégicos do Brasil e da América Latina com o projeto de construção de um novo eixo geopolítico mundial. A integração soberana da América Latina a esse projeto é de grande importância para afirmá-la como polo do Sul Global, colocar o imperialismo estadunidense na defensiva e suavizar a contenção na Ásia Pacífico, enredando-o com conflitos no Hemisfério Ocidental. Há uma imensa agenda de desenvolvimento que deve promover uma agenda de infraestrutura, ciência e tecnologia, financeira e ambiental, aliada à construção de grandes mercados internos que rompam com a superexploração do trabalho. O avanço nessa direção esbarra no enfrentamento com a burguesia dependente e o imperialismo estadunidense, que não aceitará jamais um poder sul-americano ou latino-americano que lhe faça sombra. O Brasil, por suas dimensões demográficas, territoriais, localização geográfica e dotação de recursos naturais, tem uma enorme potencialidade para articular a emergência de *Nuestra América* em um projeto global emancipatório. Entretanto, para isso será preciso clareza estratégica dos desafios a enfrentar e capacidade política para superá-los.

* É professor associado do Irid e do Pepi da UFRJ, professor visitante do Arrighi Center for Global Studies da Universidade Johns Hopkins, editor da *Reorient: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, pesquisador do Clacso e coordenador do Lehc/UFRJ.



Dilma no Banco dos Brics: o Brasil volta a Xangai

Cyro Faccin*
Bruno De Conti**

■ Justamente em um contexto de efervescência no tabuleiro geopolítico, a pauta de política externa brasileira que advogava em prol de um desenvolvimento soberano e autônomo verificou, nos últimos sete anos, uma forte regressão. A partir do Golpe de 2016, o Brasil passivamente se recolocou sob as asas estadunidenses, até a completa e cega subordinação à agenda ianque/trumpista no Governo Bolsonaro, sem nenhuma contrapartida geopolítica ou econômica – e tendo seus momentos mais dramáticos e caricatos na gestão Ernesto Araújo no Itamaraty. Esta inflexão não só prejudicou projetos próprios de desenvolvimento do país, mas também afetou as perspectivas multilaterais, em especial o grupo dos Brics.

Nos últimos anos, os Brics perderam parte de seu vigor inicial, relegando-se à publicação de notas lânguidas durante suas cúpulas, que por vezes deixavam de comentar crises regionais relevantes, como a da Venezuela, em favor de uma “desideologização”, nos termos postos pelo governo Bolsonaro. Em um quadro geopolítico de ascensão chinesa e acirramento da disputa com os Estados Unidos, o posicionamento debilitado (ou a falta dele) e a baixa coesão do grupo foram notáveis. Um dos sintomas foi um movimento geral de recrudescimento dos tratados bilaterais ao invés de soluções multilaterais e conjuntas, como habitualmente se buscava em tempos anteriores.

Os desafios para os Brics seguem imensos, sobretudo no contexto da Guerra na Ucrânia, mas a posse de Lula para um terceiro mandato dá inegável fôlego ao bloco. E uma das marcas maiores é a recente posse de Dilma Rousseff como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

O Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank* – NDB) foi criado em 2014, na 6ª Cúpula dos Brics, realizada em Fortaleza,

Ceará, e iniciou suas operações em 2016. O capital autorizado inicial foi de US\$ 100 bilhões, mas o capital realmente subscrito foi somente metade desse valor, sendo US\$ 10 bilhões efetivamente integralizados e US\$ 40 bilhões como capital exigível. Um princípio importante do NDB é o de que o capital é igualmente compartilhado pelos membros fundadores, atribuindo-lhes igual participação no voto. De fato, uma das principais ideias do NDB é justamente fundar um novo modelo de governança, muito diferente da administração assimétrica que caracteriza as instituições multilaterais dominadas pelo Ocidente (por exemplo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial).

O Banco dos Brics, como é comumente chamado, pode – e deve – ser um espaço multilateral privilegiado para a promoção de uma agenda em prol de transformações na ordem internacional. Em sua ainda curta história, no entanto, o banco assumiu um papel passivo e conservador. De toda forma, há um grande potencial a ser desbloqueado, tanto no reforço à priorização de investimentos verdes, quanto na abertura de linhas de crédito em outras moedas além do dólar, sem falar na possibilidade de agremiação de outros países do Sul Global (um processo que só recentemente entrou em curso).

No que concerne ao Brasil, as transformações desejáveis incluem também um aumento na captação de recursos do banco, já que o país ainda se encontra em uma posição de subutilização do NDB. O banco multilateral atingiu, ao final de 2021, um patamar de quase US\$ 14,6 bilhões de desembolsos. Desse total, apenas US\$ 1,86 bilhão foi destinado ao Brasil (12,8%), valor menor do que o montante de capital integralizado pelo país no banco, colocando-o como o membro que menos recebeu recursos nesses seis anos de operações.

No entanto, quando se trata dos projetos aprovados, o quadro está mudando rapidamente. Nos últimos dois anos, o Brasil foi, respectivamente, o primeiro e o segundo país em ter



Cyro Faccin



Bruno De Conti



mos de valores aprovados. Como consequência, o país subiu da última para a terceira posição na proporção de projetos autorizados (Tabela 1):

Porém, ainda que o Brasil tenha galgado posições, é necessário avaliar o perfil desse crédito, tanto no tocante aos setores privilegiados quanto à moeda utilizada. Destes US\$ 5,7 bilhões aprovados ao Brasil, US\$ 2 bilhões correspondem somente à linha de crédito emergencial ofertada durante os momentos mais dramáticos da pandemia da Covid-19. De toda forma, a maioria dos projetos aprovados (US\$ 2,3 bilhões) é classificada pelo banco em “Múltiplos Setores” e refere-se a investimentos em infraestrutura sustentável, com foco em projetos de redução de emissões, transição e adaptação climática. Portanto, há espaço para expansão e promoção de uma agenda alinhada com os objetivos do atual governo.

No que diz respeito à moeda utilizada, o crédito do NDB para o Brasil tem sido majoritariamente em dólares estadunidenses (com apenas uma exceção, de uma concessão feita em euros). Esta escolha fundamenta-se na postura do NDB sob as presidências anteriores, sempre adotando políticas financeiras e de gerenciamento de risco conservadoras, com priorização da qualidade de seu *rating* de crédito, em detrimento da expansão de sua carteira e de seu potencial de agente potencialmente promotor de transformações na ordem global. Esta postura fica clara pela carteira de projetos aprovados pelo NDB, discriminada por moeda (Gráfico 1).

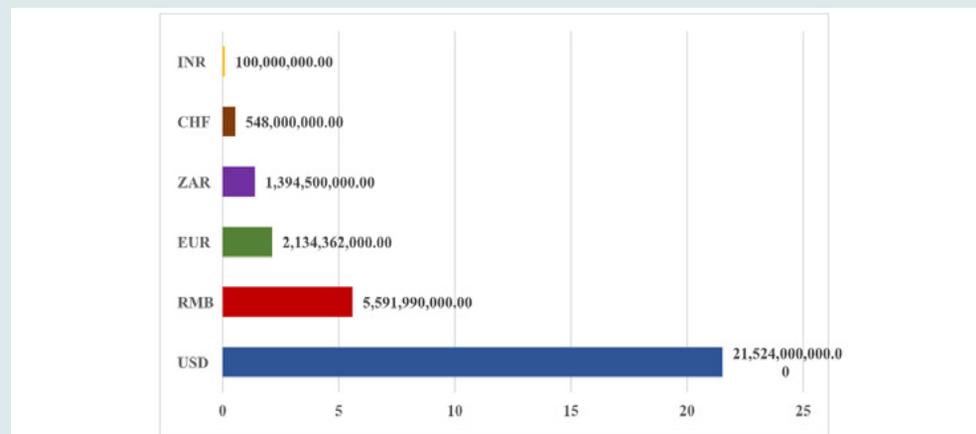
Como verificado, 74,4% da carteira total de empréstimos aprovados pelo NDB foram denominados em dólares (USD). No caso brasileiro, estamos muito acima dessa média, saltando para 97,3%, enquanto os outros 2,7% foram denominados em Euros (EUR). De fato, as duas únicas moedas nacionais de países-membros ainda não usadas em empréstimos pelo NDB são o Real brasileiro e o Rublo russo. Portanto, há um forte conservadorismo do banco multilateral, que se isenta de assumir o risco cambial das operações e tem restrições a captar recursos nas moedas dos países-membros (ou ao menos de alguns desses países). Isto fica mais claro ainda quando se verifica que um projeto denominado em outra moeda que não o USD só pode ser aprovado pelo NDB quando estiver sendo executado com Garantia Soberana do Estado solicitante.

Tabela 1. Crédito total aprovado no NDB, por país, 2016 a 2022 (US\$ milhão)

País	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
Brasil	300	-	250	400	3.478	540	720	5.688	18,2%
Rússia	100	460	840	848	795	1.300	-	4.343	13,9%
Índia	350	815	1.135	1.783	2.841	80	425	7.429	23,7%
China	379	200	1.601	1.509	1.070	2.505	1.215	8.479	27,1%
África do Sul	180	-	500	1.674	2.000	1.000	-	5.354	17,1%
Total	1.309	1.475	4.326	6.214	10.184	5.425	2.360	31.293	100%

Fonte: Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Elaboração própria.

Gráfico 1. Carteira total de empréstimos aprovados pelo NDB, por moeda, 2016 a 2022 (US\$ bilhões)



Fonte: Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Elaboração própria.

Em um tabuleiro geopolítico que demonstra um acirramento da disputa China-EUA, acelerada e agravada pela Guerra da Ucrânia e as decorrentes sanções contra a Rússia, a questão da moeda e das hierarquias do Sistema Monetário Internacional tem cada vez destaque. Nesta toada, reforça-se a pertinência de ações do Brasil para adicionar mais um canal de financiamento em Reais à disposição de sua economia, por meio do NDB. Esta estratégia não é só uma agenda em prol dos interesses do país, mas se soma às demais iniciativas em favor de uma “desdolarização” da economia global. Os efeitos práticos podem ser por hora restritos – embora importantes para os agentes tomadores desse crédito –, mas são indicativos de um retorno do Brasil à trilha estabelecida quando da constituição dos Bric (naquele momento ainda sem o S) e, posteriormente, do NDB.

Por fim, espera-se que a presidência de

Dilma favoreça a incorporação de novos países do Sul Global como membros do NDB. A admissão de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Uruguai e Egito é muito bem-vinda, mas a fila ainda é grande. As potenciais perdas em termos de *rating* e a complexificação da estrutura organizacional e decisória serão mais do que compensadas pelo aumento da representatividade política do banco, que, ao fim e ao cabo, foi criado por propósitos mais (geo)políticos do que econômicos.

O terceiro mandato de Lula marca, portanto, a volta do Brasil aos Brics. E uma das engrenagens fundamentais da retomada desse protagonismo brasileiro no bloco é Dilma Rousseff como presidenta do NDB. O Brasil volta a Xangai.

* É mestrando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp.

** É professor do Instituto de Economia da Unicamp.

O Brasil, a Ásia e o mundo

Elias Jabbour*

■ Com muita honra volto ao *Jornal dos Economistas* para discutir um pouco sobre o lugar do Brasil neste mundo em profundas transformações. No essencial, minha opinião pouco mudou em relação ao que tenho escrito e falado em apresentações e palestras. Em resumo, abre-se diante do Brasil uma grande possibilidade de nos reorganizarmos em duas mãos. A primeira, transformando nossas *commodities* em ativos estratégicos; transformando-as em força para negociar imensos projetos com a República Popular da China, núcleo da “Nova Economia do Projetoamento”, formação econômico-social orientada ao socialismo, exportadora de bens públicos e novo centro de gravidade do mundo. É aí que entra a segunda mão: precificar nossa volta ao mundo, usando uma estratégia clara de reindustrialização como conceito-chave desta “volta”. Daí entra uma necessidade nodal de nossa época na planificação do comércio exterior.

O que a mim é óbvio ainda padece de compreensão entre os formadores de opinião e mesmo dentro do governo. Não somente a questão da reindustrialização, que tem comparecido de forma difusa em discursos aqui e acolá e que ainda não se manifesta sob forma de um grande plano. Neste sentido importamos de forma acrítica noções como “transição energética” e “mudança climática” e isso tem servido para obliterar questões mais de fundo de soberania nacional. Aqui mora a grande questão: as noções de “transição energética” e “mudança climática” devem ser parte de uma totalidade e não partes que se confundem com o todo.

A nossa soberania nacional está em questão desde o momento em que nossas infraestruturas físicas passaram a ser um ponto de estrangulamento profundo ao nosso desenvolvimento. Ao observarmos a volta de um chamado regionalismo (política de incentivos fiscais, por exemplo) que deveria estar na lata de lixo da história des-

de a década de 1950, veremos isso em parte como resultado de uma saída econômica que as unidades da federação perceberam desde a destruição de nosso pacto federativo (FHC), a transformação do governo central em um empregador tão cruel como o FMI e a incapacidade de surgimento de novos esquemas de divisão social do trabalho no Brasil, como consequência de nossas infraestruturas destruídas. A revolução burguesa no Brasil deverá ser reconstituída e a reunificação de nosso território econômico deve ser o marco zero (como foi na história do capitalismo desde a revolução industrial e suas “vias prussianas”) deste processo e precondição a uma abordagem brasileira, não importada, sobre as noções de transição energética e mudança climática.

O imbróglcio brasileiro – fruto de um profundo retrocesso que se inicia com uma tempestade semiótica (profunda guerra híbrida) que tem questionado nossa coesão nacional e elevado ao grau máximo a fragmentação de nosso tecido social desde 2013 – destrói as joias da coroa de nossa indústria pelas mãos dos Departamentos de Estado e de Justiça dos EUA e da famigerada Operação Lava-Jato e ganha força com o golpe de 2016. Ele passa pela apreensão da fragilidade de nossa situação e do risco de nossa desintegração, caso uma resposta rápida não seja dada e uma leitura sofisticada das mudanças em curso no mundo desde a invasão dos EUA ao Iraque em 2003, a crise de 2008 e o presente conflito na Ucrânia. Existe uma totalidade pouco percebida entre o “interno” e o “externo”.

Nos últimos 20 anos, a unificação do território econômico chinês sacudiu a economia internacional, pois dela derivou um intenso processo de urbanização e consolidação deste país como uma potência industrial (maior parque manufatureiro do mundo), comercial (maior parceiro comercial de 140 países) e financeira (maior credor líquido do mundo e operador de uma globalização alternativa à financeira – “Iniciativa Cin-





turão e Rota”). Isso por si já é suficiente para uma necessária comparação com o impacto sobre o mundo do surgimento de uma imensa economia nacional unificada na América do Norte no último quarto do século XIX. Não podemos falar em capitalismo no mundo sem atentarmos a este processo. Mas o conflito na Ucrânia força um imenso reposicionamento de posições no mundo, que envolve desde a periferação da Europa até a incorporação da Rússia ao território econômico chinês, sendo este último movimento o mais profundo deslocamento de placas tectônicas no mundo nas últimas décadas. Talvez, conforme Xi Jinping a Putin, “nos últimos 100 anos”. Há pouco mais de 100 anos explodia a Revolução Russa, mãe da Revolução que está transformando a China e o mundo até hoje...

Uma imensa economia nucleada pela China e composta, além da Rússia, pelos países que compõem a Organização para a Cooperação de Xangai. Esta organização, que conta com 26 países, teve em 2021 um comércio interno da ordem de US\$ 6,6 trilhões. Seus seis membros plenos são responsáveis por 60% da massa de terra da Eurásia e sua população é de um quarto do mundo. Com os Estados Observadores incluídos, suas afi-

liadas respondem por cerca de metade da população do mundo. O fenômeno recente de “desdolarização” tem entre os membros desta organização seu núcleo, incluindo a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã – países estes que retomaram relações diplomáticas sob o patrocínio da China, aumentando o isolamento dos EUA no Oriente Médio. Eis o novo núcleo da economia internacional e é para essa região do mundo para onde o Brasil deve dispender energia, criatividade e pensamento estratégico.

Uma estratégia comercial clara e objetiva deve estar no escopo de nosso país para essa região. Ao lado disso, a chamada *greenfield strategy* é fundamental e as condições geopolíticas especiais de que o Brasil goza devem servir de parâmetro a uma entrada negociada na “Iniciativa Cinturão e Rota”. O propósito fundamental desta entrada negociada deve ser o objetivo estratégico de reindustrialização via troca de *commodities* por infraestruturas com transferência de tecnologias com os chineses, o que exigirá a construção de uma complexa plasticidade institucional, demandando da inteligência nacional brasileira seu limite máximo de elaboração intelectual. A substituição do dólar pelo yuan e o real nas relações comer-

ciais com a China (que poderá ser via moeda única dos Brics, por exemplo) é um imperativo à planificação do nosso comércio exterior, porto seguro dos perigos cada vez maiores em torno do dólar. Sobre a reação dos EUA a esses possíveis movimentos estratégicos, nada além do convencional. Eles não ficarão esperando sentados o capítulo final desta ordem de acontecimentos: patrocinaram o golpe de 2016, colocaram Lula na cadeia e poderão ir mais longe.

Por fim, fala-se muito na diplomacia da necessidade de uma equidistância brasileira em relação à China e EUA. Não concordo. Fundamental alimentar ótimas relações com os EUA, inclusive de cooperação em diversas áreas. Mas a realidade demonstra que é nessa grande economia centrada na China, no próprio Brics e nos países membros da Organização para a Cooperação de Xangai que moram as possibilidades de futuro. Um futuro onde caberá ao Brasil um lugar de destaque ao lado – nem abaixo, nem acima – da China. A visita última de Lula à China e, principalmente, a posse de Dilma Roussef como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) são fortes sinais. O futuro do Brasil também passa por um rearranjo da ordem financeira internacional e o Sul Global deve ter seu próprio plano para esse processo. O NDB, como foi e são o FMI e o Banco Mundial, deve ser o núcleo estratégico da criação de ideias sobre esse novo arranjo financeiro internacional. Emmanuel Macron está se adiantando a isso, o que pode provocar uma terceira onda colonial mundo afora (1).

Referência:

(1) *Summit for a new global financial pact: towards more commitments to meet the 2030 agenda? Focus 2030. 02/02/2023. Disponível em: <https://focus2030.org/Summit-for-a-New-Global-Financial-Pact-towards-more-commitments-to-meet-the-1030>*

* É professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e autor, com Alberto Gabriele, de *China: O Socialismo do Século XXI (2021)* e *Socialist Economic Development in the 21st Century: A Century after the Bolshevik Revolution (Routledge, 2022)*. Vencedor do *Special Book Award of China 2022*.

Vinícius Centeno obteve o primeiro lugar na segunda edição do Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa. Publicamos aqui um resumo do trabalho aprovado no mestrado da Universidade Federal Fluminense.

Os canais de reprodução da financeirização ao nível das firmas não-financeiras: as particularidades do caso brasileiro após o Plano Real

Vinícius Centeno*

■ A financeirização representa uma profunda transformação nas economias capitalistas a partir de mudanças no padrão de acumulação de capital que se observa desde o início da década de 1970. O conceito de financeirização é apresentado por diversos autores e pode apresentar diferentes enfoques a depender da abordagem. Por ser a mais abrangente, a definição mais utilizada na literatura entende o fenômeno da financeirização como o aumento de importância dos mercados, das instituições e das elites financeiras na operação da economia e dos governos, tanto em nível nacional quanto internacional. Desde então, as atividades financeiras se espalharam por inúmeros setores da economia e também no cotidiano dos indivíduos e famílias, como no acesso à moradia, à previdência, à seguridade social e ao consumo. Ademais, a explosão das finanças provocou uma reorganização estrutural e dos padrões gerenciais no âmbito da firma, sendo a financeirização de empresas não financeiras (ENF) o tema central do trabalho de dissertação.

Intitulada *Os canais de reprodução da financeirização ao nível das firmas não-financeiras: as particularidades do caso brasileiro após o Plano Real*, a dissertação oferece uma interpretação acerca da forma pela qual a singularidade do processo de financeirização no Brasil moldou os canais de reprodução da financeirização no âmbito das ENF. Foram sistematizadas as principais implicações da financeirização das empresas a partir de três canais de reprodução identificados na bibliografia inter-

nacional, que são: i) estratégia corporativa voltada a maximizar o valor do acionista (MSV); ii) aplicação de recursos em ativos financeiros; iii) endividamento e fragilidade financeira.

A despeito da relativa estabilidade de preços, a implementação do Plano Real torna as elevadas taxas reais de juros a particularidade marcante do processo de financeirização no Brasil, tendo como eixo de acumulação o endividamento público. A construção de indicadores agregados de financeirização captou um crescimento expressivo e contínuo dos ativos financeiros não monetários em relação ao estoque de capital fixo produtivo, como ilustrado no Gráfico 1. Por isso, primeiramente, buscou-se compreender de que forma o desenho dos arranjos macroeconômicos, políticos e institucionais moldaram o padrão de financeirização da economia brasileira para, posteriormente, identificar quais são as principais características que se reproduzem ao nível das empresas não financeiras como resultado do aprofundamento desse processo.

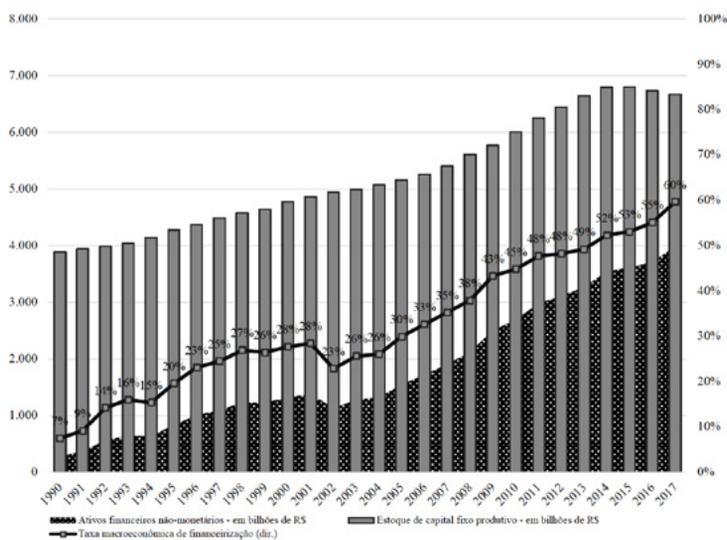
A realização de um exercício empírico utilizando dados contábeis de empresas nos anos 2010 se justificou por permitir uma análise do comportamento das companhias em uma economia financeirizada, para a partir disso explorar suas consequências. É importante destacar a maior dificuldade de obtenção de dados adequados referente às empresas brasileiras. Os dados disponibilizados são, em muitos casos, incompletos e heterogêneos ou possuem curta série histórica. A partir da Instrução CVM nº 480/2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exigiu que as companhias de capi-

tal aberto passassem a encaminhar periodicamente o Formulário de Informações Trimestrais (ITR), preenchido com os dados das informações contábeis trimestrais e acumuladas. Desde 2010, portanto, o portal de dados abertos da CVM disponibiliza uma base de dados mais completa e homogênea a partir dos ITRs enviados pelas empresas. A partir da base da CVM foi extraída uma amostra de 487 empresas não financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Após a definição das variáveis, três indicadores foram construídos: i) taxa microeconômica de financeirização; ii) indicador de fragilidade financeira; e iii) indicador de fuga do investimento produtivo.

As particularidades do processo de financeirização da economia brasileira produziram efeitos no âmbito da firma distintos daqueles observados em economias desenvolvidas, que apresentam baixos patamares de taxas de juros e mercados de ações desenvolvidos. Ao analisar a evolução da distribuição de dividendos, observou-se que um pequeno grupo de empresas concentra grande parte dos dividendos pagos. Logo, entendeu-se que a doutrina de maximização do valor ao acionista não foi reproduzida de forma significativa no Brasil, estando restrita a um grupo pequeno de grandes empresas. Por outro lado, observou-se que a maior atratividade da acumulação financeira frente ao investimento produtivo estimula ganhos cada vez mais por canais financeiros do que por via operacional, além de maior endividamento e comprometimento do caixa das firmas. Estes últimos, portanto, são os principais canais de reprodução da financeirização ao ní-

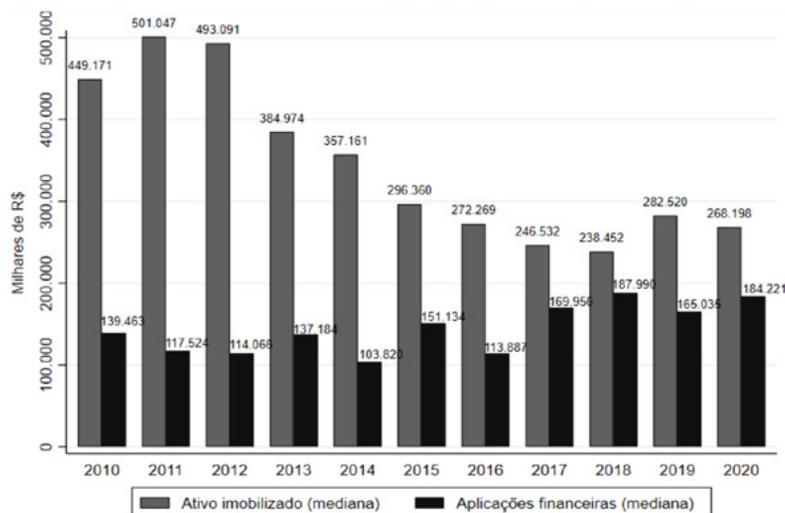


Gráfico: Taxa macroeconômica de financeirização da economia brasileira (1990-2017)



Fonte: Elaboração própria. Dados do BCB e Ipeadata (2020).

Gráfico: Evolução do ativo imobilizado e das aplicações financeiras (2010-2020)



Fonte: Portal de dados abertos da CVM. Elaboração própria a partir dos DFP das empresas.

vel das firmas não financeiras para o período caracterizado pelos “hiperjuros”.

No que diz respeito à fragilidade financeira, o endividamento via tomada de crédito bancário se torna a principal alternativa de financiamento perante a necessidade de captar recursos além dos lucros retidos. Uma vez que o endividamento externo representa um maior comprometimento de caixa no curto prazo devido às obrigações financeiras, no-

tadamente o pagamento de juros, entende-se que o ciclo se retroalimenta, exigindo novos financiamentos para rolagem de dívida e realização de novos investimentos, o que representa uma maior alavancagem e redução das margens de segurança das firmas, caracterizando uma posição de maior fragilidade financeira. O indicador de fragilidade financeira aponta para patamares elevados no período pré-recessão de 2015-2016; com a forte de-

saceleração da demanda agregada em 2015 e 2016, as empresas passaram a priorizar na pós-recessão a reestruturação dos seus balanços e do seu perfil de endividamento. Tal movimento defensivo e conservador por parte das empresas se deve à não formação de um novo estado de expectativas positivas que fosse capaz de impulsionar o investimento¹.

A oportunidade de lucratividade sem a necessidade de imobilizar capital foi disseminada a partir do desenvolvimento dos mercados financeiros e do aprofundamento da financeirização. No contexto de elevada incerteza e fragilidade financeira, a alocação de recursos disponíveis em ativos financeiros surge como alternativa mais atrativa. Logo, interpreta-se que o processo de financeirização cria problemas cujas “soluções” são produzidas endogenamente, se retroalimentando. A íntima relação entre o capital financeiro e o capital produtivo tem sua expressão no Brasil marcada pela maior importância de atividades de tesouraria das empresas. Nesse contexto, um dos sinais do constrangimento do investimento produtivo pode ser observado no crescimento das aplicações e receitas financeiras na composição do caixa das firmas. Tal comportamento é ilustrado no Gráfico 2, que apresenta a evolução do ativo imobilizado e das aplicações financeiras das empresas da amostra.

Assim, seja indiretamente, através dos canais da maximização do valor do acionista e do endividamento, seja diretamente, pela preferência pelos ativos financeiros, entende-se que o principal efeito do processo de financeirização no âmbito das firmas se refere ao constrangimento do investimento produtivo. Em termos agregados, o resultado é a desaceleração do crescimento econômico a longo prazo e maior concentração de renda.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Feijó.

* É doutorando em Economia na Università degli Studi di Siena e mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Referente ao tema, parte da pesquisa conduzida ao longo da dissertação foi publicada na *Review of Evolutionary Political Economy*, em trabalho realizado conjuntamente com Eduardo Mantoan (UFRJ) e Profa. Carmem Feijó (UFF). Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s43253-021-00051-6>.

PERÍCIA 2023

100% ON-LINE AO VIVO COM AULAS GRAVADAS

PROF.ª LARISSA PINEL & PROF. ME. LUIZ CLAUDIO D. GUTIERREZ

13/06 A 31/10/2023 - 69 HORAS
3ª E 5ª FEIRAS | 18H30 ÀS 20H30
MATERIAL DIGITAL INCLUSO!

SECRETARIA DE CURSOS
Tel: (21) 2103-0118 ou 0119
cursos@corecon-rj.org.br
corecon-rj.org.br/pericia



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	ATÉ MAR/22	ATÉ MAR/23	REFERÊNCIAS	ATÉ MAR/22	ATÉ MAR/23
ATIVO FINANCEIRO	10.260.694,94	10.374.358,49	PASSIVO FINANCEIRO	374.254,41	565.741,25
CAIXA	3.620.417,44	3.785.825,14	DÍVIDA FLUTUANTE	149.479,35	202.833,93
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	1.200,00	1.200,00	PESSOAL A PAGAR	-	-
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	4.569.453,79	4.467.215,26	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	44.937,83	47.025,43
RESULTADO PENDENTE	2.069.623,71	2.120.118,09	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	12.636,35	19.592,50
ATIVO PERMANENTE	33.442.648,24	32.332.503,35	VALORES EM TRÂNSITO	83.037,48	117.541,30
BENS PATRIMONIAIS	1.792.877,95	1.796.788,30	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.867,69	18.674,70
VALORES	1.117,64	1.117,64	RESULTADO PENDENTE	224.775,06	362.907,32
CRÉDITOS	31.648.652,65	30.534.597,41	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	43.329.088,77	42.141.120,59
TOTAL GERAL	43.703.343,18	42.706.861,84	TOTAL GERAL	43.703.343,18	42.706.861,84

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/22	JAN A MAR/23		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	3.201.920,97	3.803.633,75	ANUIDADES	601.712,78	18,8
PATRIMONIAL	57.753,55	79.575,18	PATRIMONIAL	21.821,63	37,8
SERVIÇOS	25.991,17	23.781,47	SERVIÇOS	(2.209,70)	-8,5
MULTAS E JUROS DE MORA	12.015,52	4.107,76	MULTAS E JUROS DE MORA	(7.907,76)	-
DÍVIDA ATIVA	264.726,06	196.287,42	DÍVIDA ATIVA	(68.438,64)	-25,9
DIVERSAS	68.907,81	38.035,29	DIVERSAS	(30.872,52)	-44,8
TOTAL GERAL	3.631.315,08	4.145.420,87	TOTAL GERAL	514.105,79	14,2
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.054.556,81	1.118.324,00	DE CUSTEIO	63.767,19	6,0
PESSOAL	628.479,87	669.756,91	PESSOAL	(41.277,04)	-6,2
MATERIAL DE CONSUMO	7.595,79	18.065,67	MATERIAL DE CONSUMO	10.469,88	137,8
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	418.481,15	430.501,42	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	12.020,27	2,9
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	685.037,61	774.374,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.337,06	13,0
DESPESAS DE CAPITAL	1.235,97	-	DESPESAS DE CAPITAL	(1.235,97)	-
TOTAL GERAL	1.740.830,39	1.892.698,67	TOTAL GERAL	151.868,28	8,7
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1.890.484,69	2.252.722,20	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	362.237,51	19,2